

In Memoriam Juliana Santilli (1965 - 2015)

No ano passado, 2015, o Ministério Público despediu-se de uma de suas mais brilhantes Promotoras de Justiça, a Doutora Juliana Ferraz da Rocha Santilli, que morreu prematuramente.

Já em seu ingresso, quando tivemos contato no curso de formação e adaptação dos novos Promotores de Justiça, era possível identificar que se tratava de pessoa com grande potencial, que trazia experiência no trato dos direitos difusos, em especial na questão ambiental. Já militava com destaque no Instituto Socioambiental, do qual foi sócia fundadora.

Exerceu a função de Promotora de Justiça em Promotorias com as mais diversas temáticas, com destaque nas Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, de Defesa do Consumidor, Criminais, Núcleo de Direitos Humanos e, nos últimos dois anos, na Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público e na 5ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público.

Nesta Promotoria de Justiça, onde fomos colegas, Juliana Santilli atuou com a mesma dedicação e procurou deixar registrada sua marca de preocupação com o ser humano e a sociedade. Ingressou com diversas ações civis públicas e atendia ao público de modo firme e delicado. Brindava-nos todos os dias com seu idealismo e sua alegria contagiante.

Juntamente com o exercício do cargo de Promotora de

Justiça, tinha destacada carreira de professora e pesquisadora. Assim foi que publicou quatro livros com a temática ambiental, com destaque para o último *Agrobiodiversity and the Law: Regulating Genetic Resources, Food Security and Cultural Diversity*, publicado em Londres pela editora *Earthscan* no ano de 2011. Escreveu cinquenta e sete capítulos de livros diversos, publicou trinta e um artigos em periódicos de grande relevância no cenário acadêmico e profissional, em português, inglês e francês. Publicou nove trabalhos em congressos variados. Participou de dez bancas de mestrado e qualificações de mestrado, de três bancas de doutorado, além de ter coorientado tese de doutorado da Universidade de Brasília, no curso de Desenvolvimento Sustentável. Participou de mais de cento e quarenta congressos, seminários e eventos diversos. Ainda no âmbito acadêmico, compôs e participou dos mais diversos institutos e universidades, podendo ser destacados os seguintes: *Deutsche für Internationale Zusammenarbeit – GIZ*, Alemanha; *World Agroforestry Centre*, Quênia; Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB; Instituto Socioambiental – ISA; *Institut de Recherche pour le Développement* – CNPq – Universidade de Campinas; e *Biodiversity International*, Itália. Participou, ainda, de diversos projetos de Agrodiversidade e Conhecimentos Tradicionais.

O destaque da intensa e produtiva vida acadêmica e profissional dá uma pequena ideia do quão importante foi nossa querida colega Juliana Santilli.

Sua partida prematura deixou um vácuo no seio do Ministério Público, que não será preenchido jamais. Não somente pela a produção constante e contribuição ativa nos diversos temas que participou durante os últimos quinze anos, mas também por termos tido a oportunidade de conviver com pessoa tão inteligente, capaz e dedicada ao aperfeiçoamento pessoal e de parcela significativa da sociedade.

Esta Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios dedica este volume a nossa querida colega e amiga Juliana Ferraz da Rocha Santilli, o qual conta com um artigo seu intitulado “Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: o Novo Regime Jurídico de Proteção”.

As homenagens são sempre insuficientes diante da ausência de pessoa tão querida, capaz e inteligente. Buscamos apenas, com este singelo gesto, deixar registrada a lembrança de uma Promotora de Justiça que durante toda a sua carreira agiu para realizar, em sua essência, a Justiça no Distrito Federal. A sua falta será sempre sentida por todos nós.

Brasília, 2 de abril de 2016.

ROBERTO CARLOS SILVA

Promotor de Justiça e Membro do Conselho Editorial da
Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios